

RTN
2020

Agosto

Publicado em
29/09/2020

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

Sumário Executivo

O Governo Central apresentou um déficit primário de R\$ 96,1 bilhões em agosto de 2020, frente a um déficit primário de R\$ 16,8 bilhões observado no mesmo mês do ano anterior (em termos nominais). O resultado foi melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 98,0 bilhões. Assim como nos meses de abril a julho, o déficit de agosto é explicado, principalmente, pelo aumento das despesas do Poder Executivo decorrentes de medidas de combate à crise da Covid-19. Mas, diferentemente dos meses anteriores, a receita total do mês de agosto de 2020, quando comparada à do mesmo mês de 2019, apresentou elevação real de 1,0%, ao passo que de abril a julho deste ano a receita total teve redução real.

Em agosto, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram deficitários em R\$ 85,9 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 10,2 bilhões. Em relação a agosto de 2019, o resultado primário no mês neste ano foi influenciado pelo aumento real de 5,8% na receita líquida e pelo crescimento real de 74,3% na despesa total.

A elevação da receita líquida no mês é explicada principalmente pela reversão parcial dos diferimentos da Cofins, PIS/Pasep e Contribuição Previdenciária Patronal e, também, pela redução nas transferências por repartição de receita, reflexo da queda na arrecadação dos tributos compartilhados. O comportamento da despesa, por sua vez, foi determinado, principalmente, pela execução de medidas de combate à crise da Covid-19, que somou R\$ 93,1 bilhões no mês de agosto. Destaque para o Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (R\$ 45,3 bilhões), o Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF (R\$ 15,2 bilhões) e a nova transferência de recursos ao BNDES (após devolução realizada no mês anterior) referente à parcela da Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial (R\$ 13,1 bilhões).

Com o número de agosto, o resultado acumulado no ano totaliza déficit primário de R\$ 601,3 bilhões, ante um déficit de R\$ 52,1 bilhões no mesmo período de 2019 (termos nominais). Esse resultado é composto por um déficit de R\$ 375,8 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 225,5 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até agosto, a receita líquida anotou redução de 16,1%, enquanto a despesa cresceu 45,1%. Para esse período, o diferimento de receitas estimado é de R\$ 64,5 bilhões, enquanto a diminuição do IOF crédito totalizou R\$ 11,0 bilhões. Do lado da despesa, até agosto de 2020, os gastos primários realizados das medidas de combate à crise Covid-19 totalizaram R\$ 366,5 bilhões, de um total de R\$ 489,8 bilhões aprovados até o final de agosto¹, como mostra o painel da Covid-19 do Tesouro Nacional, o qual atualiza diariamente os créditos extraordinários e as despesas pagas das medidas relacionadas ao enfrentamento da pandemia.

No resultado fiscal de agosto, observa-se que há continuidade dos efeitos da crise da Covid-19 nas contas públicas, tanto no aumento das despesas que viabilizam as políticas públicas emergenciais, como na redução da receita por conta da queda da atividade econômica.

¹ Até agosto, as despesas totais pagas relativas às medidas de combate à crise Covid-19, incluindo gastos financeiros, foram de R\$ 366,9 bilhões de um total de R\$ 494,8 bilhões aprovados.

Devido a tamanho esforço fiscal, juntamente com os problemas fiscais estruturais do país, o nível de endividamento (DBGG/PIB) chegou a 86% ao final de julho, um aumento de mais de 10 pontos percentuais do PIB sobre o fechamento de 2019.

Ressalte-se que, até o final do ano, a dívida continuará a crescer, podendo alcançar valores próximos de 94% do PIB. Como já destacado algumas vezes pela Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida bruta nessa magnitude para um país como Brasil é muito elevada, se comparada com a média esperada para países emergentes de 62% para 2020². Desta forma, torna-se fundamental acelerar o processo de consolidação fiscal para garantir o ambiente de juros baixos, a recuperação da capacidade de investimento do setor público e a segurança no financiamento das políticas públicas.

Neste ano, como já destacado na última Análise dos Impactos das Medidas de Enfrentamento ao Covid-19, projeta-se um déficit primário do Governo Central de R\$ 871 bilhões (12,1% do PIB), ante R\$ 124 bilhões (1,6% do PIB) que estava programado na Lei Orçamentária Anual de 2020. O aumento do déficit primário em mais de 10 pontos percentuais do PIB reflete o forte aumento da despesa e a perda de arrecadação em decorrência das políticas de combate aos efeitos econômicos e sociais da Covid-19.

Dado que o aumento da despesa este ano não deverá se repetir no próximo ano por se tratar de créditos extraordinários, projeta-se, para 2021, que a despesa primário do Governo Central volte a respeitar o teto dos gastos e, assim, o déficit primário do Governo Central deverá ser reduzido para 3% do PIB, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 já encaminhado ao Congresso Nacional. Esse déficit para 2021 é maior que as projeções anteriores à crise da Covid-19 e decorre de uma forte perda de base de arrecadação, em conjunto com uma despesa primária que, apesar de cumprir com o teto dos gastos, será maior como proporção do PIB, dada a queda da atividade em 2020.

A projeção do déficit primário de 3% do PIB para o próximo ano sinaliza o tamanho do esforço fiscal necessário apenas para zerar o déficit primário ao longo dos próximos anos. Assim, se antes da crise era importante o cumprimento do teto dos gastos, a relevância do seu cumprimento no pós-crise será ainda maior. O teto significa uma redução da despesa primária por volta de 2,5 pontos do PIB até 2026, quando a medida completa dez anos. Dado que, no próximo ano, o déficit primário projetado é de 3% do PIB, apenas cumprir o teto dos gastos deixou de ser suficiente para o governo conseguir zerar o déficit primário até 2026. Para que isso aconteça é necessário, adicionalmente, recuperar parte ou toda a arrecadação que o governo federal perdeu nos últimos anos.

Quando se fala em recuperação da receita, há que se destacar que não se trata necessariamente de aumento de carga tributária, pois além de o Brasil ser um dos países de maior carga dentre seus pares, uma eventual elevação de impostos dificulta a tão importante retomada econômica, notadamente no momento atual³. A contribuição pelo lado da receita é no sentido de uma ampliação da base de arrecadação com reformas que visem ao aumento de

² Monitor Fiscal do FMI de abril 2020 (última versão disponível).

³ Ver Alesina et al., "The output effect of fiscal consolidation plans", Journal of International Economics, 2014.

produtividade da economia brasileira, bem como pela melhoria da qualidade do gasto tributário (regimes especiais de tributação).

É importante destacar que, mesmo em um momento de crise, o país tem aproveitado os benefícios do processo de consolidação fiscal em curso. Segundo o Relatório Mensal da Dívida de Agosto de 2020, o custo médio das emissões da dívida pública mobiliária federal e do estoque da dívida pública federal encontram-se nos mínimos históricos de 4,85% a.a. e 8,54% a.a., respectivamente. Além disso, de acordo com o Boletim Focus, a expectativa é que as taxas de juros básicas continuem em níveis baixos por mais de dois anos. Taxas de juros baixas são fundamentais para o controle do endividamento, principalmente quando seu nível já está bastante elevado.

A crise que o país enfrenta pode se transformar em um momento promissor para o avanço nas reformas, com foco na consolidação fiscal e na produtividade da economia brasileira. Somente a continuidade da agenda de reformas pode manter um ambiente econômico favorável para a atração de investimentos, com juros baixos e inflação controlada, permitindo um crescimento sustentável da economia brasileira, o que é fundamental para o reforço do processo de ajuste fiscal e para o controle da dívida pública bruta e líquida.

Dentre as reformas necessárias, vale destacar a necessidade de aprovação da PEC do Pacto Federativo e da Reforma Administrativa, ambas com impacto significativo no processo de reorganização fiscal. Da mesma forma, é igualmente necessário avançar nas reformas com foco na produtividade, que influenciam diretamente o crescimento econômico, como a reforma tributária, projetos de modernização dos marcos regulatórios, dentre outros. Quanto mais rápido conseguirmos criar o consenso político para a aprovação dessas reformas, mais rápido poderá ser a retomada do investimento, o crescimento da economia, a criação de empregos e o aumento da renda da população.